



**Governo do Estado de Roraima**  
**Companhia de Desenvolvimento de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**EDITAL DE ABERTURA**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026</b>	
<b>CONTRATANTE (UASG)</b>	
<b>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA (927418)</b>	
<b>ORÇAMENTO ESTIMADO</b>	Os preços de referência desta licitação são sigilosos, sendo divulgados apenas após a fase de lances do certame.
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>Dia 29/06/2026, às 9h30</b> (horário de Brasília)
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor preço
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	Não
<b>EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS</b>	Não
<b>RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP (ATÉ 25%)</b>	Não se aplica
<b>MARGEM DE PREFERÊNCIA</b>	Não
<b>GARANTIA DA PROPOSTA</b>	Não
<b>CONTATO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	cpl@codesaima.rr.gov.br
<b>PREGOEIRO</b>	Gabriel Sousa Veras de Castro
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO DO CERTAME</b>	Portal de Compras do Governo Federal - <a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a>
<b>RILC</b>	Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesaima Disponível em: <a href="https://codesaima.rr.gov.br/regramento-interno/">https://codesaima.rr.gov.br/regramento-interno/</a>
<b>DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:</b>	
<b>22/06/2026, até às 23h59min, horário de Brasília</b>	

Obs.: Não ocorrendo expediente ou na existência de qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do servidor no encargo de pregoeiro em contrário.

## EDITAL DE LICITAÇÃO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA - 927418

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROCESSO SEI Nº: 18501.002554/2025.22

### PREÂMBULO

A **Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima - CODESAIMA**, sociedade de economia mista, integrante da Administração Indireta do Estado de Roraima, inscrita no CNPJ nº 05.950.290/0001-58, com sede na Avenida Mário Homem de Melo, nº 1603, bairro Mecejana, CEP: 69.304-350, Boa Vista - RR, por meio do pregoeiro designado por ato constante dos autos do processo administrativo, torna público que realizará licitação, sob o rito procedimental do pregão eletrônico, do tipo **menor preço, sem Sistema de Registro de Preços**, regida pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA - RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelas demais normas pertinentes.

A utilização da Lei nº 14.133/2021, de seus regulamentos ou de normas operacionais da plataforma eletrônica somente ocorrerá quando houver lacuna específica no regime da Lei nº 13.303/2016, nos regulamentos internos da CODESAIMA ou neste Edital, e desde que compatível com o regime jurídico das empresas estatais, com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, julgamento objetivo, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, instalação e desinstalação (remanejamento de equipamentos), e demais serviços correlatos, para atender à Sede da CODESAIMA, bem como suas unidades (Usileite, Incubatório e Mafir), conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em **lote único**, formado por **11 itens**, conforme tabela abaixo, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.1 O agrupamento dos itens encontra-se justificado nos autos do processo administrativo.

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE SERVIÇOS (ANUAL)
1	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000 BTUs *Quantidade de centrais: 03	Serviços	12
2	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000 BTUs *Quantidade de centrais: 34	Serviços	136
3	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000 BTUs *Quantidade de centrais: 13	Serviços	52
4	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000 BTUs *Quantidade de centrais: 04	Serviços	16

5	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000 BTUs-piso teto *Quantidade de centrais: 02	Serviços	08
6	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000 BTUs *Quantidade de centrais: 02	Serviços	02
7	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000 BTUs *Quantidade de centrais: 20	Serviços	20
8	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000 BTUs *Quantidade de centrais: 08	Serviços	08
9	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000 BTUs *Quantidade de centrais: 02	Serviços	02
10	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000 BTUs-piso teto *Quantidade de centrais: 01	Serviços	01
11	Remanejamento (Instalação e/ou desinstalação) de aparelhos de ar condicionado SPLIT de 24.000 BTUs *Quantidade de centrais: 16	Serviços	16

1.3 Havendo divergência entre o descritivo dos itens no Portal de Compras do Governo Federal e o descritivo constante deste Edital e de seus anexos, prevalecerá o descritivo constante do Edital e de seus anexos, salvo retificação formal promovida pela CODESAIMA.

1.4 Os seguintes anexos fazem parte deste Edital:

1.4.1 ANEXO I - Modelo da proposta de preços.

1.4.2 ANEXO II - Declaração de inexistência de impedimentos de participação.

1.4.3 ANEXO III - Declaração de enquadramento como ME/EPP.

1.4.4 ANEXO IV - Termo de Referência.

1.4.5 ANEXO V - Minuta de Contrato.

## 2. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DO SEU CARÁTER SIGILOSO

2.1 No presente certame, o valor estimado da contratação terá caráter sigiloso até o encerramento da fase de lances, nos termos do art. 34 da Lei 13.303/2016 e do RILC da CODESAIMA, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2.2 O sigilo do orçamento estimado não prejudicará o acesso dos órgãos de controle interno e externo às informações necessárias ao exercício de suas competências.

2.3 Encerrada a etapa competitiva, o levantamento do sigilo do orçamento estimado observará o procedimento previsto no item 10 deste Edital.

2.4 Enquanto não encerrada a fase de lances e não levantado formalmente o sigilo, permanecerão com acesso restrito no processo administrativo os documentos que revelem direta ou indiretamente o valor estimado da contratação, tais como: mapas de preços, cotações, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, relatórios de pesquisa de preços e despachos que contenham valores estimados, sem prejuízo da divulgação das especificações, quantitativos e demais informações necessárias à formulação das propostas.

### 3. DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços, destinando-se à contratação do quantitativo e das condições definidos no Termo de Referência, mediante formalização do instrumento contratual cabível, sem prejuízo da emissão de nota de empenho, ordem de serviço ou documento equivalente, quando aplicável.

3.2 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos orçamentários indicados no processo administrativo, conforme classificação abaixo, sem prejuízo de eventual atualização, suplementação ou adequação contábil pela unidade competente antes da formalização contratual:

a) Unidade Orçamentária: 18.501 - Companhia de Desenvolvimento de Roraima.

b) Unidade Gestora: 0000 - CODESAIMA - UG Orçamentária.

c) Função: 16 - Habitação.

d) Subfunção: 122 - Administração Geral.

e) Programa de Governo: 010 - Apoio Administrativo.

f) PAOE: 4157 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis da CODESAIMA.

g) Regional: 9900 - Estado.

h) Fonte de Recursos: 1.500.

i) Natureza da Despesa: 33903000 e 33903900.

3.3 A indicação da classificação orçamentária prevista neste item não implica divulgação do valor estimado da contratação, que permanecerá sigiloso até o momento previsto neste Edital.

3.4 Caso haja necessidade de ajuste da classificação orçamentária, suplementação, remanejamento ou adequação contábil antes da contratação, a unidade competente deverá promover a devida instrução nos autos, sem alteração do objeto licitado nem prejuízo à validade do certame.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante envio de manifestação ao endereço eletrônico **cpl@codesaima.rr.gov.br**.

4.1.1 No campo de assunto da mensagem, deverá constar a identificação do certame e da manifestação, conforme exemplo: "Pregão Eletrônico nº 90001/2026 - Esclarecimento" ou "Pregão Eletrônico nº 90001/2026 - Impugnação".

4.2 O pregoeiro decidirá as impugnações e responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contado do recebimento da manifestação, podendo solicitar subsídios formais à área demandante, à Procuradoria Jurídica e aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

4.3 Para fins de organização da sessão, a data-limite para apresentação tempestiva de impugnações e pedidos de esclarecimento será indicada no quadro-resumo deste Edital, observada a contagem de prazos prevista no RILC da CODESAIMA.

4.4 Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto neste instrumento, em canal diverso do previsto neste Edital ou sem identificação mínima do interessado [Razão Social ou nome, número do CNPJ ou CPF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal (quando for o caso), telefone, data e assinatura], ressalvada a possibilidade de a CODESAIMA, de ofício, corrigir vício ou esclarecer questão relevante identificada no curso do procedimento.

4.5 As informações em resposta às impugnações/esclarecimentos interpostos serão disponibilizadas através do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/> e no Portal da CODESAIMA (<https://codesaima.rr.gov.br/>).

4.5.1 Os esclarecimentos prestados pela CODESAIMA para responder a questionamento de licitante possuem natureza vinculante para todos os participantes do certame, não se podendo admitir, quando da análise da documentação de habilitação, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório, conforme entendimento do Acórdão 799/2026 Plenário do TCU, passando a integrar o instrumento convocatório.

4.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

4.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo.

4.7 Se a impugnação for julgada procedente, o pregoeiro deverá:

4.7.1 Na hipótese de identificação de vício que implique em ilegalidade insanável, suspender imediatamente a licitação e encaminhar para a autoridade superior para anulação do certame.

4.7.2 Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, suspender o certame e promover o encaminhamento dos autos para saneamento do vício e adequação dos elementos necessários, devendo ainda:

a) republicar o aviso da licitação na mesma forma em que se deu a publicação original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, de forma motivada, restar demonstrado que a alteração não afeta a participação dos interessados nem a formulação das propostas.

b) comunicar o acolhimento da impugnação a todos os licitantes, também por intermédio da publicação da decisão no Portal da CODESAIMA.

4.8 Caso a impugnação seja julgada improcedente, dar-se-á publicidade à decisão, conforme item 4.5. Além disso, o impugnante será cientificado da decisão preferencialmente pelo mesmo canal utilizado para a apresentação da manifestação.

4.9 Quando a impugnação ou o pedido de esclarecimento versar sobre matéria eminentemente técnica ou vinculada ao Termo de Referência e seus anexos, o pregoeiro poderá encaminhar a demanda à área responsável para manifestação. Caso a resposta não possa ser apresentada em tempo hábil, o certame poderá ser suspenso ou ter sua data remarcada, mediante a devida publicidade.

4.10 A ausência de impugnação ou pedido de esclarecimento não impede a CODESAIMA de corrigir vícios de ofício, mas também não autoriza questionamentos intempestivos sobre cláusulas claras do edital, salvo ilegalidade superveniente ou matéria de ordem pública.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

### 5.1 Poderão participar desta licitação:

5.1.1 Empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

5.1.1.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão observar os procedimentos de credenciamento, identificação, senha, certificado digital ou outro mecanismo de autenticação exigido pela plataforma utilizada.

### 5.2 Tratamento favorecido às MEs/EPP/Equiparadas:

5.2.1 Aplicam-se a esta licitação, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, observando-se as disposições do item 7.3 deste edital.

5.2.2 O tratamento favorecido previsto neste item não afasta a observância dos requisitos legais de participação, julgamento, habilitação e contratação estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

5.2.3 Não se aplica, no caso concreto, a exclusividade de participação nem a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo dos demais benefícios legalmente cabíveis.

5.2.3.1 A não aplicação da exclusividade e/ou da cota reservada se justifica à vista das características do objeto, da estrutura da disputa, da vantajosidade da contratação e dos limites legais aplicáveis.

### 5.3 Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, sob pena de desclassificação:

5.3.1 Empresa que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos.

5.3.2 Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODESAIMA.

5.3.3 Empresa suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a CODESAIMA, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3.4 Empresa declarada inidônea pela União, pelo Distrito Federal ou por qualquer Estado, inclusive pelo Estado de Roraima, ao qual se vincula a CODESAIMA, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3.5 Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

5.3.6 Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, observada a extensão legal e concreta dos efeitos da sanção.

5.3.7 Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

5.3.8 Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

5.3.9 Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção e desde que configurada repercussão jurídica no caso concreto;

5.3.10 Empregado ou dirigente da CODESAIMA, como pessoa física ou por meio de pessoa jurídica na qual detenha participação que configure conflito de interesses ou vedação legal.

5.3.11 Pessoa física, bem como pessoa jurídica cujo proprietário, sócio, administrador ou representante legal tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da CODESAIMA, empregado da CODESAIMA cujas atribuições

envolvam atuação na área responsável pela licitação ou pela contratação, ou autoridade do Estado de Roraima à qual a CODESAIMA esteja vinculada, quando configurada hipótese de vedação legal, conflito de interesses ou nepotismo.

5.3.12 Empresa cujo proprietário, ainda que na condição de sócio, tenha encerrado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODESAIMA há menos de 6 (seis) meses.

5.4 Considera-se participação indireta, para fins deste Edital, a existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista, societária ou operacional entre o autor do Termo de Referência e a licitante ou responsável pela execução do objeto, quando tal vínculo possa comprometer a isonomia, a competitividade ou a moralidade do certame.

5.5 É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em razão da natureza comum e da baixa/média complexidade do objeto, da ampla oferta de mercado e da desnecessidade de conjugação excepcional de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras.

5.6 A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de impedimentos de participação e contratação, conforme modelo constante do **ANEXO II** deste edital, sem prejuízo das declarações registradas no sistema eletrônico.

5.6.1 A presente declaração não substitui as declarações obrigatórias a serem registradas pela licitante no sistema Compras.gov.br.

5.7 Ao participar do certame, a licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética da Codesaima, disponível em <https://codesaima.rr.gov.br/regramento-interno/>.

## **6. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL**

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.

6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no portal de Compras do Governo Federal (Sistema SICAF), no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive atos praticados por representantes, isentando o provedor do sistema e a Codesaima de responsabilidade por eventuais usos indevidos das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6 A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação, inabilitação ou responsabilização da licitante, conforme a natureza da falha e sua repercussão no certame.

6.7 Qualquer declaração, informação ou documento falso inserido no sistema sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

6.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta inicial com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente esta etapa.

7.2 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas neste Edital, que:

7.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que sua proposta contempla todos os custos necessários ao cumprimento integral do objeto licitado, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis;

7.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

7.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.2.5 Inexiste impedimento à sua habilitação, devendo comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva à Codesaima.

### **7.3 Das declarações relativas ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte:**

7.3.1 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico (sem prejuízo da declaração exigida conforme **ANEXO III**), que cumpre os requisitos legais previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

7.3.2 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica que se enquadrar em alguma das hipóteses previstas no § 4º do Art. 3º da referida lei.

7.3.3 A fruição do tratamento favorecido previsto neste Edital dependerá, além do enquadramento legal da licitante, do correto preenchimento das declarações pertinentes em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3.3.1 A assinalação do campo “não” no sistema eletrônico, quanto ao enquadramento como ME/EPP, implicará a renúncia aos tratamentos diferenciados previstos na LC 123/2006, ainda que a licitante possua a documentação comprobatória de tal condição, sendo vedada a alteração dessa opção após a abertura da sessão pública.

7.4 A falsidade das declarações prestadas no sistema eletrônico sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação aplicável e neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

7.5 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.6 O encaminhamento da proposta de preços não resulta em ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a etapa de lances/negociação.

7.7 Os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar serão disponibilizados para acesso público após a fase de envio de lances, na forma do sistema eletrônico.

7.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo previsto neste Edital.

7.9 Durante a fase de lances, o uso do chat pelo pregoeiro ficará restrito a avisos públicos, gerais e estritamente operacionais, necessários ao andamento do certame, vedada qualquer comunicação individualizada ou capaz de comprometer a isonomia, o sigilo da identidade das licitantes ou a competitividade da disputa.

7.9.1 Encerrada a fase de lances, o chat poderá ser utilizado para negociação, convocação da licitante provisoriamente classificada, solicitação de proposta ajustada, documentos, diligências, manifestações, avisos de suspensão e demais atos necessários ao regular processamento do certame.

7.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observadas as regras do sistema eletrônico e do Edital.

7.10.1 A parametrização de que trata o item anterior deverá respeitar o intervalo mínimo entre lances previsto neste Edital, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à melhor oferta.

7.10.2 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, vedada a inserção de valor superior ao último lance por ela registrado.

7.11 A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão. A perda de prazos ou de comunicações do sistema por desconexão será de total responsabilidade do participante.

7.11.1 A licitante não deverá desconectar-se da plataforma sem confirmar se a sessão foi encerrada, suspensa ou se há convocação, prazo ou manifestação pendente.

7.12 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos pertinentes ao objeto desta licitação, especialmente:

8.1.1 valor unitário e valor total do lote, observada a composição dos itens e quantitativos previstos no Termo de Referência.

8.1.2 descrição do serviço ofertado, compatível com o objeto, as especificações e as condições de execução previstas neste Edital e no Termo de Referência.

8.1.3 quantidade ofertada, observados os quantitativos e as condições mínimas estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.1.4 demais informações exigidas pela plataforma eletrônica ou pelo Termo de Referência.

8.1.5 Caso a plataforma eletrônica exija o preenchimento de campos incompatíveis com a natureza do objeto, tais como marca, fabricante, modelo ou procedência, a licitante poderá preenchê-los com a expressão “não se aplica”, “conforme Termo de Referência” ou equivalente, desde que não haja prejuízo à identificação da proposta e ao julgamento objetivo.

8.2 A proposta deverá contemplar todos os itens que compõem o lote, com indicação dos preços unitários de cada item e do valor global do lote, conforme modelo constante do **ANEXO I** deste Edital.

8.3 As informações inseridas no sistema deverão ser compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, vinculando a licitante para todos os fins.

8.3.1 A ausência de informação exigida no sistema ou a indicação de informação incompatível com o objeto poderá ensejar a desclassificação da proposta, salvo se a falha puder ser saneada sem alteração da substância da proposta, sem majoração do preço e sem prejuízo à isonomia.

8.4 A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para a contratação.

8.5 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros, fornecimento de mão de obra e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

8.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus termos, com a qualidade e nas condições exigidas.

8.8 Será desclassificada, após a fase de negociação, a proposta que permanecer acima do valor estimado da contratação.

8.9 A licitante deverá formular sua proposta de modo compatível com as exigências técnicas, quantitativas e operacionais constantes deste Edital e do Termo de Referência, não sendo admitidas propostas que contenham descrição genérica, incompleta ou incompatível com o objeto licitado.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATES**

### **9.1 Abertura da sessão pública**

9.1.1 O início da sessão pública se dará pelo pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário constantes neste Edital;

9.1.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.

### **9.2 Classificação inicial das propostas**

9.2.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que:

- a) não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos;
- b) contenham vícios insanáveis;
- c) não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e neste Edital;
- d) sejam manifestamente inexecutáveis, quando isso puder ser identificado de plano.

9.2.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.2.3 Será desclassificada a proposta que identifique a licitante na inclusão das descrições e inserções previstas no Portal de Compras do Governo Federal.

9.2.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.5 A não desclassificação da proposta nesta etapa inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário na fase de aceitação.

### **9.3 Formulação de lances**

9.3.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.3.2 A classificação final observará o menor valor global do lote único, conforme a forma de disputa parametrizada na plataforma eletrônica, sem prejuízo da apresentação da composição dos preços unitários dos itens que compõem o lote na proposta final ajustada.

9.3.3 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.3.4 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.3.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

9.3.6 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



9.3.7 Neste Pregão será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.3.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3.7.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.3.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

9.3.7.4 Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance subsequente for igual ou superior a 10% (dez por cento), o pregoeiro poderá admitir, quando operacionalmente possível na plataforma eletrônica, o reinício da disputa aberta apenas entre os demais licitantes classificados, para definição das demais colocações, nos termos do art. 53, inciso II, da Lei nº 13.303/2016.

9.3.7.5 O reinício da disputa previsto no item anterior terá por finalidade a definição das demais colocações, sem prejuízo da preservação do melhor lance já identificado, observadas as funcionalidades da plataforma eletrônica utilizada.

9.3.7.6 Após o reinício da disputa, as licitantes convocadas poderão apresentar lances intermediários, observados o critério de julgamento, o intervalo mínimo de lances e as regras operacionais do sistema.

9.3.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.3.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.3.10 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.3.11 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.3.11.1 A exclusão de lance não implicará, por si só, a exclusão da licitante do certame, permanecendo válido o último lance regularmente registrado ou, na ausência deste, a proposta anteriormente apresentada, sem prejuízo da posterior análise de aceitabilidade, exequibilidade e conformidade da proposta.

9.3.11.2 Caso a irregularidade identificada durante a sessão revele vício insanável da proposta, ausência de condição de participação, fraude, identificação indevida da licitante ou outra situação que comprometa a validade da participação, o pregoeiro poderá adotar as providências cabíveis para desclassificação da proposta ou exclusão da licitante, mediante decisão motivada, assegurado o registro no sistema e nos autos.

9.3.12 Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva e permanecendo o sistema acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Portal da CODESAIMA.

9.3.14 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

#### **9.4 Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na fase competitiva (empate ficto)**

9.4.1 Uma vez encerrada a etapa de lances e ordenadas as propostas, serão observadas as regras de desempate previstas nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.2 Nessas condições, as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.4.3 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados da convocação automática pelo sistema.

9.4.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma condição que se encontrem dentro do intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.4.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo estabelecido nos subitens anteriores, o sistema realizará sorteio entre elas para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4.6 Na hipótese de não contratação nos termos dos itens anteriores, o procedimento prosseguirá com a proposta originalmente melhor classificada, observadas as etapas de julgamento, negociação, habilitação, recursos, adjudicação e homologação previstas neste Edital.

9.4.7 O disposto no item 9.4 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou por empresa de pequeno porte.

### 9.5 Desempate real entre propostas

9.5.1 Persistindo empate entre 2 (duas) propostas, após a aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios de desempate previstos no art. 55 da Lei nº 13.303/2016;

9.5.2 Os critérios de desempate previstos no item anterior serão aplicados apenas na hipótese de empate real entre propostas classificadas, após o encerramento da etapa competitiva e após a aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível, e antes da verificação de efetividade da proposta melhor classificada;

9.5.3 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios legais cabíveis, a escolha da proposta vencedora ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 10. DO LEVANTAMENTO DO SIGILO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

10.1 Encerrada a fase competitiva, inclusive a fase de lances e os procedimentos de preferência ou desempate eventualmente cabíveis, **o sigilo do orçamento estimado será levantado por ato formal do pregoeiro**, registrado no processo administrativo, para fins de transparência, julgamento da aceitabilidade da proposta, negociação e exercício do direito recursal.

10.2 O levantamento do sigilo será realizado mediante disponibilização de planilha ou documento consolidado contendo o valor estimado do lote (bem como dos itens que o compõem), sem necessidade de transcrição integral dos valores no chat da sessão pública.

10.3 A divulgação será realizada em meio oficial do certame, preferencialmente no Portal de Compras do Governo Federal, no PNCP, no sítio eletrônico da CODESAIMA ou por meio de link público do Sistema Eletrônico de Informações - SEI informado no sistema, conforme viabilidade operacional, cabendo ao pregoeiro registrar no chat da sessão pública a disponibilização do documento, sua identificação e o meio de acesso.

10.4 O registro no chat da sessão pública terá finalidade de comunicação aos licitantes, não substituindo a juntada do documento de divulgação do orçamento estimado aos autos do processo administrativo.

10.5 Quando a extensão da planilha exigir tempo razoável para ciência das licitantes, o pregoeiro poderá suspender a sessão por prazo determinado, informando no chat a data e o horário de retomada.

10.5.1 Também poderá haver suspensão da sessão quando, no momento do levantamento do sigilo, ocorrer instabilidade do SEI, da plataforma eletrônica ou de outro meio oficial utilizado para divulgação do orçamento estimado, desde que a suspensão seja registrada no chat e nos autos, com indicação da data e do horário previstos para retomada.

10.6 A divulgação do orçamento estimado após a etapa competitiva não autoriza majoração de proposta, alteração da ordem de classificação ou modificação das condições já ofertadas pelas licitantes.

## 11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA (CLASSIFICAÇÃO) E DA VERIFICAÇÃO DE SUA EFETIVIDADE

11.1 Aplicadas as regras de preferência e desempate cabíveis, o pregoeiro verificará a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

11.2 Antes da aceitação da proposta, o pregoeiro verificará as condições de participação da licitante, especialmente a inexistência de impedimento legal ou sanção que obste sua participação no certame ou sua futura contratação, podendo consultar, entre outros meios oficiais de informação:

a) o SICAF.

b) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, abrangendo o cadastro de Licitantes Inidôneas – TCU; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) – CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – Portal da Transparência; e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – Portal da Transparência.

11.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.4 O pregoeiro poderá utilizar o campo de "Diligências" para proceder à juntada das certidões comprobatórias das consultas realizadas, a fim de conferir transparência às demais licitantes participantes.

11.5 Caso constem ocorrências que indiquem possível impedimento à participação ou à contratação, o pregoeiro promoverá as diligências necessárias para apuração do caso concreto, assegurando à licitante o direito de manifestação prévia antes da adoção de decisão desfavorável, salvo quando a própria documentação ou cadastro oficial demonstrar de forma inequívoca a impossibilidade de participação.

11.6 Constatada a existência de impedimento ou sanção que inviabilize a participação da licitante no certame ou a futura contratação, a licitante será excluída da sequência do julgamento, por ausência de condição de participação.

11.7 No caso de exclusão da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar por ausência de condição de participação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, aplicando-se, se cabível, a disciplina do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte já prevista neste Edital.

11.8 Verificadas as condições de participação e, quando for o caso, a regular fruição do tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro promoverá o julgamento da proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, com a verificação de sua efetividade e aceitabilidade, nos termos do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

#### **11.9 A proposta será examinada quanto:**

- a) à adequação ao objeto licitado;
- b) à compatibilidade com as especificações do objeto descritas no Termo de Referência;
- c) à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado da contratação e com a prática de mercado;
- d) à exequibilidade, quando houver indícios de inexecuibilidade ou quando sua demonstração for exigida pelo pregoeiro;
- e) ao atendimento das demais exigências do instrumento convocatório.

11.9.1 Ainda que a classificação seja realizada com base no menor preço global do lote, a aceitabilidade da proposta observará também os preços unitários máximos estimados para os itens que o compõem, após o levantamento do sigilo do orçamento estimado.

11.9.2 Constatada, na análise preliminar da proposta, a existência de preço global ou unitário superior ao valor estimado, o pregoeiro não aceitará a proposta de imediato, devendo observar a fase de negociação prevista neste Edital e, quando cabível, oportunizar a adequação da planilha ou da proposta, desde que não haja majoração do valor global ofertado, alteração substancial do objeto, modificação da ordem de classificação ou prejuízo à isonomia.

11.9.3 A desclassificação por preço superior ao orçamento estimado somente ocorrerá se, após a negociação e eventual oportunidade de adequação da planilha ou da proposta final ajustada, permanecerem valores superiores ao limite estimado, seja em relação ao valor global, seja em relação aos preços unitários máximos admitidos.

#### **11.10 Serão desclassificadas as propostas que:**

- a) contenham vícios insanáveis.
- b) descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.
- c) apresentem preços manifestamente inexequíveis.
- d) permaneçam acima do valor estimado da contratação, seja em relação ao valor global, seja em relação aos preços unitários máximos admitidos, após a fase de negociação e, quando cabível, após oportunidade de adequação da proposta ou da planilha.
- e) não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pelo pregoeiro.
- f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto, sem prejuízo da atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

11.11 A verificação da efetividade poderá ser realizada exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do RILC da CODESAIMA.

11.12 Para efeito de julgamento, aceitabilidade, exequibilidade e verificação de eventual sobrepreço, a proposta será analisada considerando, conforme o caso concreto, o preço global, os preços unitários, os quantitativos, a compatibilidade com o valor estimado da contratação, a coerência com as especificações do objeto, as condições de execução e os demais critérios técnicos e econômicos definidos no Termo de Referência e neste Edital.

11.13 Havendo indícios de inexecuibilidade, inconsistência na composição dos preços ou necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro poderá promover diligência para que a licitante demonstre a viabilidade de sua proposta.

11.13.1 Para fins da diligência prevista no item anterior, o pregoeiro poderá exigir, conforme o caso, memória de cálculo, composição de custos, documentos comerciais, notas fiscais, contratos de fornecimento, comprovação de logística, justificativas operacionais, comprovação de condições comerciais específicas, demonstração de produtividade, indicação de custos de oportunidade ou quaisquer outras condições objetivas ou elementos aptos que justifiquem o preço ofertado.

11.13.2 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cuja viabilidade não seja demonstrada por documentos ou justificativas capazes de comprovar que os custos dos insumos, da mão de obra, dos encargos, da logística, da produtividade e dos demais componentes do preço são compatíveis com a execução adequada do objeto.

11.13.3 Não serão admitidos preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, salários, encargos e demais custos de mercado, exceto quando se referirem a materiais, instalações, estrutura própria ou condições específicas da própria licitante, para os quais haja renúncia expressa de parcela ou da totalidade da remuneração, devidamente indicada na proposta e aceita motivadamente pelo pregoeiro.

11.13.4 A proposta será desclassificada quando, após a diligência, a licitante não demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, não apresentar os elementos solicitados no prazo fixado ou restar evidenciado que não dispõe de condições econômicas, operacionais, comerciais ou técnicas para executar o objeto nas condições propostas.

11.13.5 A existência de indícios de inexecutabilidade não autoriza, por si só, a desclassificação automática da proposta, devendo ser oportunizada à licitante a demonstração de sua viabilidade, salvo hipótese de vício insanável, fraude, preço meramente simbólico incompatível com a execução ou outra situação objetiva que torne inviável o aproveitamento da proposta.

11.14 A análise de executabilidade poderá contar com manifestação da unidade demandante, da área técnica, de setor especializado ou de profissional com conhecimento técnico sobre o objeto, especialmente quando a avaliação depender de exame de composição de custos, produtividade, logística, especificações técnicas, amostras, catálogos ou documentos equivalentes.

11.15 Erros materiais, omissões sanáveis ou falhas formais no conteúdo da proposta não constituirão motivo automático de desclassificação, desde que seja possível o saneamento sem alteração da substância da proposta, sem majoração do preço ofertado e sem prejuízo da isonomia entre as licitantes.

11.16 Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes forem inabilitadas, a CODESAIMA poderá, antes de declarar o lote fracassado ou de promover o encerramento do procedimento, conceder prazo comum de até 8 (oito) dias úteis para que as licitantes apresentem novas propostas ou documentação corrigida, limitada ao saneamento das causas que motivaram as respectivas desclassificações ou inabilitações.

11.16.1 A providência prevista no item anterior terá caráter excepcional, dependerá de decisão motivada e deverá preservar a isonomia, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório e a seleção da proposta mais vantajosa.

11.16.2 Não será admitida a utilização da faculdade prevista neste item para alterar o objeto, modificar as condições do Edital, afastar exigência essencial, sanar fraude, suprir impedimento legal de participação ou contratação, ou corrigir vício insanável.

11.17 Concluída a análise preliminar da proposta e inexistindo vício insanável que imponha sua desclassificação imediata, o pregoeiro passará à fase de negociação, sem prejuízo da análise definitiva da efetividade, aceitabilidade e conformidade da proposta final ajustada, conforme art. 57 da Lei 13.303/2016 e nos termos deste Edital.

## 12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1 Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, especialmente quando sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação ou quando entender possível a obtenção de melhor condição para a Administração, nos termos do art. 92 do RILC da Codesaima.

12.2 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.2.1 Caso a licitante não apresente contraproposta na negociação, prevalecerá a proposta apresentada na etapa de lances, sem prejuízo da análise de sua aceitabilidade.

12.3 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando a primeira colocada, após a negociação, for desclassificada por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

12.3.1 Se, após a negociação com as licitantes subsequentes, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado, o pregoeiro registrará o insucesso da negociação e submeterá o lote ao encerramento cabível, com revogação ou declaração de fracasso, conforme o caso, ressalvada a possibilidade de aplicação motivada do item 11.16, quando todas as propostas tiverem sido desclassificadas ou todas as licitantes tiverem sido inabilitadas.

12.4 O julgamento pelo menor preço global não impede a negociação de itens específicos para evitar preços abusivos.

12.5 O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL AJUSTADA

13.1 Após a negociação, caso haja redução do preço ou melhoria das condições originalmente ofertadas, o pregoeiro convocará a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar para encaminhar proposta final ajustada ao valor negociado e, se for o caso, documentos complementares necessários à confirmação das informações já apresentadas, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da solicitação no sistema eletrônico, nos termos do art. 92, §1º, do RILC da CODESAIMA.

13.2 Quando não houver alteração do valor ou das condições da proposta em razão da negociação, e a convocação tiver por finalidade apenas adequar formalmente a proposta ao último lance ofertado, o pregoeiro poderá fixar prazo de **até 4 (quatro) horas** para apresentação da proposta ajustada, conforme art. 118, inciso I do RILC da CODESAIMA, e observadas as funcionalidades da plataforma.

13.2.1 Os prazos previstos nos itens anteriores poderão ser prorrogados pelo pregoeiro, mediante solicitação fundamentada da licitante, apresentada antes do seu encerramento, desde que não haja prejuízo ao regular andamento do certame.

13.3 Para contagem dos prazos de que tratam os itens anteriores, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo pregoeiro.

13.4 A proposta final ajustada deverá ser apresentada conforme o modelo constante do **ANEXO I** deste Edital e conter, no mínimo:

- a) descrição detalhada do objeto, compatível com o Termo de Referência e com a proposta cadastrada no sistema.
- b) razão social, CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail) da licitante.
- c) identificação do representante legal ou procurador, com nome, CPF e cargo ou função.
- d) preços unitários dos itens que compõem o lote e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais.
- e) indicação de que os preços ofertados compreendem todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos, peças, gás refrigerante, materiais, insumos, tributos, encargos, seguros e demais despesas diretas e indiretas.
- f) prazo de validade da proposta, que será de, no mínimo, 90 (noventa) dias. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem.
- g) indicação dos dados bancários da licitante, para fins de futura contratação ou pagamento.
- h) demais informações exigidas no Termo de Referência ou solicitadas pelo pregoeiro para consolidação da proposta.

13.4.1 Quando houver fornecimento de peças, componentes, materiais ou insumos durante a execução contratual, estes deverão atender às condições previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à compatibilidade com os equipamentos, qualidade, procedência, estado novo de fabricação e adequação às recomendações do fabricante, sem prejuízo da fiscalização e do aceite pela CODESAIMA.

13.5 A proposta final ajustada deverá refletir o último lance ofertado ou o valor resultante da negociação, não podendo conter majoração de preço, alteração substancial do objeto, inclusão de condição incompatível com o Edital ou modificação que prejudique a isonomia entre as licitantes.

13.6 A proposta final ajustada integrará os autos do processo e vinculará a licitante para todos os efeitos, inclusive para a formalização do contrato, execução do objeto e eventual aplicação de sanções.

13.6.1 Todas as especificações indicadas na proposta final ajustada vinculam a futura contratada.

13.7 Em caso de divergência entre as informações cadastradas no sistema e a proposta final ajustada, o pregoeiro poderá promover diligência para esclarecimento ou correção de erro material, desde que não haja majoração do preço, alteração substancial do objeto ou prejuízo à isonomia.

13.8 O não encaminhamento da proposta final ajustada no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa.

13.9 A apresentação da proposta final ajustada implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

13.10 Para análise técnica da proposta, o pregoeiro poderá solicitar manifestação da unidade demandante, da área técnica ou de profissional especializado, a fim de subsidiar sua decisão.

13.11 A proposta deverá ser firme, precisa e limitada ao objeto deste Edital, não podendo conter alternativas de preço, condições incompatíveis com o instrumento convocatório, condicionantes de validade não previstas no Edital ou qualquer disposição que induza o julgamento a mais de um resultado.

#### **14. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

14.1 Concluído o julgamento da proposta e reconhecida sua aceitabilidade, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, com o objetivo de aferir sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, na forma da Lei nº 13.303/2016, do RILC da CODESAIMA, deste Edital e do Termo de Referência.

14.2 A habilitação será apreciada de acordo com os parâmetros admitidos pela Lei nº 13.303/2016 e pelo RILC da CODESAIMA, observada a pertinência das exigências em relação à natureza, complexidade e riscos do objeto licitado.

14.3 A habilitação será verificada preferencialmente por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, sem prejuízo da exigência de documentos complementares, documentos específicos previstos neste Edital ou documentos não constantes do sistema.

14.3.1 As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem regularmente do SICAF, desde que tais informações estejam válidas, disponíveis para consulta e sejam suficientes à comprovação das exigências previstas neste Edital.

14.3.2 A existência de registro no SICAF não dispensa a licitante da apresentação de documentos complementares exigidos neste Edital, especialmente aqueles relativos à qualificação técnica, à comprovação de condições específicas do objeto ou a informações não abrangidas pelo cadastro.

14.3.3 Somente haverá necessidade de apresentação de documentos originais não digitais quando houver dúvida fundada quanto à integridade do documento digital ou quando houver exigência legal específica, observados os termos e prazos do art. 118, inciso II, do RILC da CODESAIMA.

14.3.4 É responsabilidade da licitante manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF e nos demais sistemas oficiais utilizados para consulta, respondendo pela veracidade e atualidade das informações prestadas.

14.4 Os documentos de habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

14.5 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com indicação do respectivo CNPJ, observadas as seguintes regras:

14.5.1 Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

14.5.2 Se a licitante for filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

14.5.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, desde que seja possível aferir sua pertinência com a capacidade operacional da licitante e com o objeto licitado.

14.6 A habilitação da licitante será aferida mediante a verificação dos seguintes grupos de documentos:

14.6.1 habilitação jurídica.

14.6.2 regularidade fiscal e trabalhista.

14.6.3 qualificação econômico-financeira.

14.6.4 qualificação técnica.

## **14.7 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

14.7.1 Para a habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza empresarial:

a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

b) no caso de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

c) no caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou outra forma societária empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado dos documentos de eleição ou designação dos administradores, quando cabível;

d) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de designação da administração, quando cabível;

e) no caso de filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo respectivo, com averbação no registro da sede, quando exigível;

f) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: ato de autorização para funcionamento, ou documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

g) Documento de identidade do representante legal da empresa (sócio administrador ou procurador);

14.7.2 Os documentos de habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, quando necessário à adequada compreensão da situação jurídica da licitante.

14.7.3 A compatibilidade do ramo de atividade poderá ser aferida a partir do ato constitutivo, objeto social, registros cadastrais, CNAE, documentação jurídica e outros elementos idôneos, vedada a inabilitação meramente formal por ausência de correspondência literal entre o CNAE e o objeto, quando demonstrada a compatibilidade material da atividade empresarial.

## **14.8 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

14.8.1 A regularidade fiscal será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União, inclusive quanto às contribuições previdenciárias, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

14.8.2 Caso a licitante seja considerada isenta de tributo relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante documento idôneo expedido pela Fazenda competente, ou outro equivalente, na forma da lei.

14.8.3 As certidões emitidas pela internet, em sítios oficiais dos órgãos emissores, serão aceitas independentemente de assinatura ou chancela de servidor, desde que seja possível verificar sua autenticidade.

14.8.4 Caso alguma certidão não contenha prazo de validade, será considerada válida aquela expedida nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de sua apresentação, salvo disposição legal ou regulamentar específica em sentido diverso.

## 14.9 DA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.9.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.9.2.1 Entende-se o termo "declarada vencedora" de que trata o item 14.9.2 como o momento imediatamente posterior à fase de habilitação e anterior à homologação pela autoridade superior.

14.9.3 A prorrogação do prazo previsto no item 14.9.2 poderá ser concedida, a critério da CODESAIMA, mediante solicitação fundamentada da licitante, formulada dentro do prazo originalmente concedido.

14.9.4 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou da revogação da licitação, conforme o caso.

## 14.10 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.10.1 A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do profissional de contabilidade responsável, com a respectiva comprovação de regularidade profissional, quando exigível.

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias.

b<sup>1</sup>) A constatação de recuperação judicial ou extrajudicial não implicará, por si só, a inabilitação automática da licitante, devendo o pregoeiro, se necessário, promover diligência para verificar a existência de plano aprovado ou homologado judicialmente e a aptidão econômico-financeira da empresa para participar do certame e executar o objeto.

b<sup>2</sup>) Caso seja constatada falência decretada, dissolução, liquidação ou situação jurídica incompatível com a execução do objeto, o pregoeiro decidirá motivadamente, assegurada manifestação da licitante quando cabível, com fundamento na capacidade jurídica e econômico-financeira exigida pela Lei nº 13.303/2016, pelo RILC da CODESAIMA e por este Edital.

14.10.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

14.10.3 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, se cabível.

14.10.4 A boa situação financeira da licitante será constatada mediante obtenção dos seguintes índices: Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e índice de Liquidez Corrente (ILC), **iguais ou superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.10.5 O pregoeiro poderá solicitar apoio técnico da área contábil ou financeira da CODESAIMA para subsidiar a análise dos documentos e índices previstos nesta cláusula, cuja manifestação terá caráter opinativo.

14.10.6 Havendo dúvida quanto à autenticidade, validade, regularidade formal ou conteúdo dos documentos contábeis, o pregoeiro poderá promover diligência para esclarecimento, confirmação ou complementação da instrução, vedada a substituição indevida de documento essencial ou a alteração de condição econômico-financeira que deveria estar demonstrada na data pertinente.

## 14.11 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.11.1 A qualificação técnica se dará mediante apresentação dos seguintes documentos:

**a)** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão da licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado, em características e quantidades, nos termos do Termo de Referência e deste Edital.

**b)** Registro ou inscrição da licitante no CREA ou no CFT/CRT competente, bem como indicação de responsável técnico habilitado, podendo ser algum dos seguintes profissionais: (Engenheiro mecânico, tecnólogo, técnico de segundo grau da modalidade mecânica, ou técnico em refrigeração), admitindo-se a comprovação de vínculo por meio de carteira de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços, vínculo societário ou declaração formal de contratação futura, caso a licitante se sagre vencedora.

**c)** Registro ou inscrição do profissional indicado no CREA ou no CFT/CRT, conforme o caso.

14.11.2 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, será admitido atestado que demonstre a execução anterior de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de aparelhos de ar-condicionado tipo split, em quantitativo mínimo equivalente a **50%** da quantidade anual estimada dos serviços técnica e economicamente relevantes do lote, admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

14.11.3 Será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

14.11.4 Os atestados deverão conter, sempre que possível:

14.11.4.1 identificação da pessoa jurídica emitente;

14.11.4.2 CNPJ;

14.11.4.3 endereço;

14.11.4.4 identificação do responsável pela emissão;

14.11.4.5 descrição do objeto executado;

14.11.4.6 quantitativos;

14.11.4.7 prazos ou períodos de execução;

14.11.4.8 informações necessárias à aferição da compatibilidade com o objeto licitado.

14.11.5 No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público, o documento deverá ser subscrito por agente público competente ou responsável pelo setor que acompanhou a execução do objeto.

14.11.6 No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, o documento deverá ser subscrito por representante legal ou responsável devidamente identificado.

14.11.7 A CODESAIMA poderá promover diligência para verificar a autenticidade, a legitimidade e a pertinência dos atestados apresentados, podendo solicitar, conforme o caso, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante, local de execução do objeto, dados de contato do emitente ou outros documentos aptos à confirmação das informações.

14.11.8 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante ou por pessoa jurídica cujo vínculo societário, econômico ou operacional comprometa a idoneidade da comprovação, mediante avaliação motivada do pregoeiro.

14.11.9 A exigência de responsável técnico e certidões de registro no conselho profissional constam expressamente do Termo de Referência.

14.11.10 A ausência de documento de aptidão claro, legível, idôneo e compatível com as exigências deste Edital poderá ensejar a inabilitação da licitante, mediante decisão motivada do pregoeiro.

14.11.11 Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela CODESAIMA.

14.11.12 Os atestados apresentados deverão demonstrar execução de atividade compatível com o objeto licitado e com o ramo de atuação da licitante, aferido de forma material a partir do objeto social, registros cadastrais, CNAE, documentação jurídica e demais elementos idôneos, não se exigindo correspondência literal entre a descrição constante do contrato social e a descrição do serviço atestado, desde que demonstrada a compatibilidade da atividade.

14.11.13 As exigências de qualificação técnica têm por finalidade comprovar a aptidão da licitante para executar o objeto com segurança, qualidade e regularidade, nos termos do art. 58 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 101 do RILC da



CODESAIMA.

## 14.12 DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

14.12.1 Sem prejuízo das declarações exigidas pelo sistema Compras.gov.br, a licitante deverá apresentar as seguintes declarações, juntamente com a documentação de habilitação:

14.12.1.1 Declaração de inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a CODESAIMA, assinada pelo representante legal, conforme o modelo do **ANEXO II**.

14.12.1.2 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração assinada por representante legal da licitante, conforme modelo do **ANEXO III**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

## 14.13 DO ENVIO, ANÁLISE E SANEAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.13.1 Os documentos de habilitação exigidos nesta cláusula 14, que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados pela licitante convocada por meio do sistema, no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

14.13.1.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 14.13.1 poderá ser alargado motivadamente pelo pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, desde que não haja prejuízo ao regular andamento do certame.

14.13.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo pregoeiro.

14.13.3 Após o envio dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, para:

- a) complementar informações acerca de documentos já apresentados pela licitante, desde que a complementação seja necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) sanar falhas formais ou materiais que não alterem a substância dos documentos apresentados, não comprometam sua validade jurídica e não prejudiquem a isonomia entre os licitantes;
- d) permitir a juntada posterior de documento ausente, desde que destinado exclusivamente a comprovar condição de habilitação já existente à época da abertura do certame, não se admitindo documento que constitua fato novo, que crie condição de habilitação antes inexistente ou que altere a substância da proposta;
- e) suprir a ausência de declaração emitida unilateralmente pela licitante, quando se tratar de declaração meramente formal relativa a situação preexistente, desde que sua apresentação posterior não altere a condição de participação, não interfira na ordem de classificação, não gere benefício indevido e não prejudique a isonomia;
- f) suprir a ausência de certidão ou documento expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, inclusive mediante consulta direta pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais, desde que o documento comprove situação preexistente ou regularizável na forma da legislação aplicável.

14.13.4 A diligência prevista no item anterior não poderá ser utilizada para:

- a) permitir a apresentação de documento destinado a comprovar condição que não existia na data própria;
- b) alterar a substância da proposta ou majorar o preço ofertado;
- c) modificar a classificação da licitante mediante inovação documental incompatível com a isonomia;
- d) substituir documento essencial por outro que comprove situação posterior à abertura do certame;
- e) sanar ausência de requisito cuja comprovação posterior seja expressamente vedada por lei, pelo RILC da CODESAIMA, pelo Edital ou pelo Termo de Referência.

14.13.5 A vedação à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou da documentação de habilitação deve ser interpretada de forma compatível com o formalismo moderado, não alcançando a juntada posterior de documento destinado apenas a comprovar condição preexistente, desde que preservadas a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo e a segurança do certame.

14.13.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, podendo o documento obtido ser juntado aos autos.

14.13.7 O pregoeiro fixará prazo razoável para atendimento da diligência, podendo prorrogá-lo mediante justificativa, desde que a solicitação seja apresentada antes do encerramento do prazo e não haja prejuízo ao regular andamento do certame.

14.13.8 Findo o prazo assinalado sem o envio da documentação solicitada ou sem a comprovação suficiente da condição de habilitação exigida, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade, quando cabível.

14.13.9 A inabilitação da licitante será sempre motivada, com indicação objetiva da exigência editalícia não atendida e dos fundamentos de fato e de direito pertinentes.

14.13.10 Na hipótese de a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, se cabível, promoverá a negociação correspondente, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta aceitável e licitante habilitada.

14.13.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta tenha sido julgada aceitável, após concluídos os procedimentos de análise e julgamento da habilitação.

#### 14.14 DEMAIS PROVIDÊNCIAS

14.14.1 **Visando à celeridade e à eficiência do procedimento**, o pregoeiro poderá solicitar, na mesma convocação para apresentação da proposta final ajustada, o envio eletrônico dos documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF e dos documentos complementares exigidos neste Edital, observado o prazo comum de **até 48 (quarenta e oito) horas**.

14.14.2 A solicitação simultânea dos documentos de habilitação constitui providência meramente operacional de instrução do processo, não importando antecipação da fase de habilitação nem autorização para análise da documentação antes da conclusão do julgamento e da aceitação da proposta.

14.14.3 Durante a fase de julgamento da proposta, eventual ausência de envio dos documentos de habilitação não ensejará a desclassificação da proposta, devendo a análise limitar-se à proposta final ajustada e aos documentos técnicos eventualmente necessários à verificação de sua aceitabilidade.

14.14.4 Concluído o julgamento da proposta e reconhecida sua aceitabilidade, o pregoeiro dará início à fase de habilitação e analisará os documentos já encaminhados pela licitante, sem necessidade de nova convocação quando a documentação apresentada for suficiente.

14.14.5 Caso a licitante não tenha encaminhado os documentos de habilitação na convocação simultânea prevista no item 14.14.1, ou caso a documentação esteja incompleta, o pregoeiro poderá reiterar a convocação na fase própria de habilitação, conforme item 14.13.1, desde que ainda não tenha havido preclusão expressamente prevista neste Edital e que não haja prejuízo à isonomia, à segurança do julgamento e ao regular andamento do certame.

14.14.6 Se, instaurada a fase de habilitação e encerrado o prazo concedido ou prorrogado pelo pregoeiro, a licitante não apresentar a documentação exigida ou não comprovar o atendimento das condições de habilitação, será inabilitada, mediante decisão motivada, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade, quando cabível.

### 15. DOS RECURSOS

15.1 Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema eletrônico, durante o prazo operacional concedido na sessão pública, contado da declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

15.1.1 Quando a plataforma eletrônica permitir a parametrização do prazo, a manifestação da intenção de recurso poderá permanecer disponível pelo prazo de até 1 (uma) hora, nos termos do RILC da CODESAIMA, sem prejuízo da exigência de manifestação imediata após a declaração de vencedor.

15.1.2 Caso a plataforma eletrônica imponha prazo diverso para manifestação da intenção recursal, prevalecerá o prazo operacional disponibilizado pelo sistema, desde que previamente informado aos licitantes na sessão pública.

15.1.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer importará preclusão do direito de recurso quanto aos atos recoráveis praticados até a declaração de vencedor.

15.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto na Lei 13.303/2016 e na Seção IX do RILC da CODESAIMA.

15.3 Aceita a intenção recursal, será concedido à licitante o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação das razões recursais, contado da intimação realizada no sistema eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, conforme o caso, observadas as funcionalidades da plataforma e o regime recursal previsto na Lei nº 13.303/2016 e no RILC da CODESAIMA.

15.4 Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões em mesmo prazo, a contar do dia útil seguinte ao término do prazo da recorrente, salvo disciplina operacional diversa da plataforma compatível com o regime aplicável.

15.5 É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos nos autos do processo indispensáveis à defesa de seus interesses, através de solicitação exclusivamente pelo endereço eletrônico: **cpl@codesaima.rr.gov.br**.

15.6 As razões e as contrarrazões recursais eventualmente recebidas poderão ser encaminhadas à área técnica, quando necessário, para que possa analisá-las, emitindo a respectiva manifestação por meio eletrônico.

15.7 O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, elaborar relatório de julgamento, e fazê-lo subir à Autoridade Competente, que poderá ratificar ou não a decisão do pregoeiro.

15.8 Caso não ratifique a decisão do pregoeiro, a autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

15.9 Se após decisão final da Autoridade Competente, forem acolhidas as razões recursais, deverá o pregoeiro retomar à fase atingida pelo vício, dando prosseguimento à licitação, garantindo, depois de nova declaração de vencedor, o direito à interposição de recurso, inclusive por parte da licitante que teve sua proposta desclassificada ou que foi inabilitado.

15.9.1 A decisão definitiva a que se refere o item anterior deverá ser publicada no sítio eletrônico da CODESAIMA.

15.10 O pregoeiro poderá habilitar empresa que já tenha sido inabilitada, desde que apresente razão recursal que justifique a revisão na decisão do pregoeiro, devendo submetê-la à Autoridade Competente para decisão final.

15.11 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, com retorno do procedimento à fase atingida pelo vício reconhecido.

15.12 Mesmo que todos os licitantes sejam inabilitados e não haja declaração de vencedor na licitação, será assegurada a fase recursal.

15.13 A interposição de recurso suspenderá o prosseguimento dos atos subsequentes do certame até sua decisão final, salvo quanto aos atos meramente preparatórios, de instrução ou de saneamento que não prejudiquem o direito de defesa dos licitantes.

15.14 O pregoeiro pode não conhecer o recurso já nesta fase em situação excepcional e restrita, caso a manifestação seja apresentada fora do prazo ou por pessoa que não represente a licitante. É vedado ao pregoeiro rejeitar de plano o recurso em razão de discordância de mérito com os motivos apresentados pela licitante.

15.15 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o procedimento seguirá para adjudicação e homologação, conforme o caso.

## 16. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1 Encerrada a fase recursal, o objeto será adjudicado à licitante vencedora e o procedimento será submetido à autoridade superior para homologação, observadas as funcionalidades da plataforma eletrônica e as disposições do RILC da CODESAIMA.

### 16.2 Do encerramento:

16.2.1 O procedimento licitatório será encerrado pela autoridade competente, que poderá:

I. determinar o retorno dos autos para possível saneamento de irregularidades;

II. anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocações de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

III. revogar o procedimento por motivo de interesse público decorrente de fatos supervenientes que constituam óbice manifesto incontornável à continuidade do processo, devidamente justificado; ou

IV. homologar o procedimento e autorizar a celebração do contrato.

§1º - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

§2º - A anulação do procedimento induz à anulação do contrato dele decorrente, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento pelos encargos comprovadamente suportados no cumprimento do contrato, quando cabível.

16.2.2 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor da licitante vencedora, conforme art. 60 da Lei 13.303/2016, observada a ordem de classificação, sem caracterizar contratação automática nem afastar hipóteses legais de não celebração por fato superveniente devidamente motivado.

16.2.3 A CODESAIMA não poderá celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos à licitação, conforme art. 61 da Lei 13.303/2016.

## 17. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1 Após a homologação do certame, a licitante vencedora será convocada pela CODESAIMA para a formalização do instrumento contratual, conforme as condições previstas neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e na proposta final ajustada.

17.2 A convocação será realizada por meio eletrônico, preferencialmente pelo e-mail informado pela licitante em sua proposta, no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado, devendo o comprovante de envio ou ciência ser juntado aos autos do processo administrativo.

17.3 Quando exigida a assinatura de contrato, a licitante convocada deverá assiná-lo no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da convocação formal, sob pena de decair do direito à contratação.

17.3.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da licitante convocada, apresentada antes do término do prazo originalmente concedido e aceita pela

**CODESAIMA.**

17.4 A assinatura do contrato será realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Roraima - SEI/RR, mediante assinatura eletrônica.

17.5 Para viabilizar a assinatura eletrônica no SEI, a licitante vencedora deverá providenciar, quando necessário, o cadastro e a liberação de acesso como usuário externo do sistema, observando as orientações oficiais, os procedimentos indicados pela CODESAIMA e os prazos necessários à formalização do instrumento.

17.5.1 A ausência de cadastro prévio como usuário externo do SEI não suspende automaticamente o prazo de assinatura, cabendo à licitante vencedora adotar tempestivamente as providências necessárias à sua habilitação no sistema.

17.5.2 Caso a licitante comprove dificuldade operacional não imputável a ela para liberação do acesso externo no SEI, a CODESAIMA poderá, mediante decisão motivada, prorrogar o prazo de assinatura ou admitir meio alternativo de formalização, desde que preservadas a autenticidade, a integridade, a rastreabilidade e a regularidade do ato.

17.6 Antes da formalização do instrumento contratual, a CODESAIMA verificará a manutenção das condições de habilitação e a inexistência de impedimento legal ou sancionatório à contratação.

17.7 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, ou em apresentar documentação necessária à formalização da contratação dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, no RILC da CODESAIMA e na legislação aplicável.

17.8 Na hipótese de não assinatura do instrumento contratual pela licitante vencedora, a CODESAIMA poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, a negociação cabível, a verificação de habilitação e a demonstração da vantajosidade da contratação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da licitante que deu causa à convocação.

17.9 Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, a baixa/média complexidade dos serviços e demais justificativas contidas no Termo de Referência.

17.10 As condições específicas de vigência, execução, fiscalização, recebimento, pagamento, reajuste, alteração, sanções contratuais e extinção constam do Termo de Referência e da minuta contratual, evitando-se sua repetição integral neste Edital.

<b>18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>
--

18.1 Comete infração administrativa a licitante ou a contratada que praticar as seguintes condutas, fiscalizadas no curso do certame ou da execução contratual:

18.1.1 der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

18.1.2 recusar-se a assinar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação nos prazos fixados;

18.1.3 Não manter a proposta de preços, recusar-se a enviar o detalhamento dos custos ou pedir desclassificação injustificada após a fase de lances;

18.1.4 Atrasar ou retardar, sem motivo justo, a execução dos serviços ou a entrega de peças;

18.1.5 Apresentar documento falso, prestar declaração falsa ou fraudar a execução do contrato;

18.1.6 Agir com má-fé, em conluio com outros licitantes ou praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;

18.1.7 Praticar os atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013);

18.1.8 Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da contratação sem autorização prévia e por escrito da CODESAIMA;

18.1.9 Descumprir as normas de segurança do trabalho (especialmente a NR-35) ou cometer infrações ambientais no descarte de gases refrigerantes, peças e resíduos;

18.1.10 Manifestar-se de forma desrespeitosa, ofensiva ou insultuosa contra o pregoeiro, equipe de apoio ou empregados da CODESAIMA nos canais oficiais de comunicação;

18.1.11 Descumprir as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) em relação aos dados a que tiver acesso nas dependências da empresa.

18.2 Com base no art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no RILC da CODESAIMA, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I. advertência escrita;

II. multa: aplicada sobre as parcelas inadimplidas ou sobre o valor total do contrato, conforme os percentuais e limites definidos na cláusula décima quinta da Minuta do Contrato;

III. suspensão temporária: impedimento de participar de licitações e de contratar com a CODESAIMA por prazo de até 2 (dois) anos.

18.3 A aplicação das penalidades será conduzida em processo administrativo próprio, considerando a gravidade da conduta, a proporcionalidade da pena e os danos causados à empresa.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sites: <http://codesaima.rr.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e na Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada à Av. Mário Homem de Melo, nº 1603, bairro Mecejana, CEP: 69.304-350, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

19.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 Os autos do processo administrativo podem ser consultados pelos interessados, respeitada eventual restrição de acesso, mediante solicitação a ser feita pelo e-mail: [cpl@codesaima.rr.gov.br](mailto:cpl@codesaima.rr.gov.br).

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Codesaima, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

19.7 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Codesaima não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação/requerimento de documento” em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

19.10 Eventuais modificações no Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital, especialmente quanto ao rito procedimental, condições de participação, critérios de julgamento, prazos, forma de apresentação de propostas e documentos, habilitação, recursos, adjudicação, homologação, formalização da contratação e sanções administrativas, salvo ilegalidade ou disposição específica em sentido diverso.

19.11.1 As especificações técnicas, quantitativos, condições de execução, entrega, garantia, recebimento, fiscalização, medição e pagamento constantes do Termo de Referência serão observadas naquilo que forem compatíveis com este Edital e com os demais anexos.

19.11.2 Identificada divergência relevante entre o Edital, o Termo de Referência, a minuta contratual, ou demais anexos, o pregoeiro poderá solicitar manifestação da unidade demandante, da área técnica, da Procuradoria Jurídica ou de outro setor competente, a fim de preservar a legalidade, a isonomia, o julgamento objetivo, a segurança jurídica e a seleção da proposta mais vantajosa.

19.11.3 Caso a divergência possa afetar a formulação das propostas, a participação dos licitantes, o julgamento, a habilitação ou a execução do objeto, a CODESAIMA deverá promover o saneamento do instrumento convocatório, com a republicação e reabertura dos prazos quando a alteração comprometer a formulação das propostas.

19.11.4 Para fins de habilitação, julgamento e processamento do certame, somente serão exigidos os documentos, condições e requisitos expressamente previstos nos itens próprios deste Edital, não prevalecendo exigências genéricas, divergentes ou incompatíveis constantes de anexos, modelos ou peças preparatórias, salvo quando expressamente incorporadas ao Edital ou indispensáveis à comprovação técnica do objeto na forma do Termo de Referência.

19.12 É obrigação da licitante acompanhar no site Portal de Compras do Governo Federal todas as fases do certame, bem como manifestar-se via chat, quando solicitada, não podendo posteriormente alegar desconhecimento, uma vez que todas as orientações, solicitações, etc., serão feitas via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal, sem prejuízo dos canais expressamente previstos neste Edital para impugnações, esclarecimentos, divulgação de documentos, formalização contratual ou demais atos processuais.

19.13 Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica nesta Companhia.

19.14 Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos, poderão ser obtidas pelo e-mail [cpl@codesaima.rr.gov.br](mailto:cpl@codesaima.rr.gov.br).

19.15 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro, aplicando-se as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 bem como do RILC da Codesaima.

19.16 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima ([www.imprensaoficial.rr.gov.br](http://www.imprensaoficial.rr.gov.br)), no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no sítio desta Companhia ([www.codesaima.rr.gov.br](http://www.codesaima.rr.gov.br)).

19.17 É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

§1º– A diligência poderá ser realizada in loco, por carta ou e-mail, por contato telefônico, através de consultas à Internet ou ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.

§2º– As diligências realizadas deverão ser documentadas, indicando a data da realização, o motivo ensejador, as providências tomadas, as respostas e resultados obtidos, entre outras informações pertinentes, e registradas no Processo Administrativo.

## 20. DO FORO

20.1 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da comarca de Boa Vista/RR.

Boa Vista – RR, 03 de junho de 2026.

(Assinado eletronicamente)  
**Gabriel Sousa Veras de Castro**  
 Pregoeiro  
 CODESAIMA

### ANEXO I MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<b>PROCESSO Nº 18501.002554/2025.22 - CODESAIMA</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026</b>		<b>EMPRESA</b> <b>CNPJ</b> <b>ENDEREÇO</b> <b>TELEFONE</b> <b>E-MAIL</b>			
<b>LOTE 01</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição/Especificações</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Quantidade de serviços anuais</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
1	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000btus *Quantidade de centrais: 03	Serviços	12		
2	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000btus *Quantidade de centrais: 34	Serviços	136		
3	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000btus *Quantidade de centrais: 13	Serviços	52		
4	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000btus *Quantidade de centrais: 04	Serviços	16		

5	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000btus-piso teto *Quantidade de centrais: 02	Serviços	08		
6	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000btus *Quantidade de centrais: 02	Serviços	02		
7	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000btus *Quantidade de centrais: 20	Serviços	20		
8	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000btus *Quantidade de centrais: 08	Serviços	08		
9	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000btus *Quantidade de centrais: 02	Serviços	02		
10	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000btus-piso teto *Quantidade de centrais: 01	Serviços	01		
11	Remanejamento (Instalação e/ou desinstalação) de aparelhos de ar condicionado SPLIT de 24.000btus *Quantidade de centrais: 16	Serviços	16		
<b>VALOR TOTAL:</b>					

Declaramos que:

Aceitamos plenamente todas as normas, exigências, prazos e demais condições constantes no Edital da presente licitação e seus anexos;

a) O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, a contar da data de sua apresentação; (mínimo de 90 dias corridos)

b) Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas e custos necessários à execução do objeto, como: deslocamentos, ferramentas, equipamentos, mão de obra, gás refrigerante, insumos, taxas e quaisquer encargos diretos ou indiretos, enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários à execução do objeto desta licitação, conforme detalhamento no Termo de Referência.

Boa Vista - RR, xx de xxxxxxxx de 2026.

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE DA EMPRESA (COM CARGO) QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

(ASSINATURA)  
NOME DO SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA  
OU PROCURADOR  
CPF:

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18501.002554/2025.22 - CODESAIMA  
PREGÃO ELETRÔNICO**

Pelo presente termo, a empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., sediada (endereço completo) ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., inscrito no CPF sob o nº ....., DECLARA que atende os dispositivos do art. 38 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do art. 24 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA, não incorrendo, portanto, em quaisquer requisitos legais que configurem impedimento para a participação na presente Licitação, conforme item 5.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2026 abaixo transcrito:

"5.3.1 Empresa que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos.

5.3.2 Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODESAIMA.

5.3.3 Empresa suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a CODESAIMA, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3.4 Empresa declarada inidônea pela União, pelo Distrito Federal ou por qualquer Estado, inclusive pelo Estado de Roraima, ao qual se vincula a CODESAIMA, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3.5 Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

5.3.6 Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, observada a extensão legal e concreta dos efeitos da sanção.

5.3.7 Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

5.3.8 Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

5.3.9 Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, enquanto perdurarem os efeitos da sanção e desde que configurada repercussão jurídica no caso concreto;

5.3.10 Empregado ou dirigente da CODESAIMA, como pessoa física ou por meio de pessoa jurídica na qual detenha participação que configure conflito de interesses ou vedação legal.

5.3.11 Pessoa física, bem como pessoa jurídica cujo proprietário, sócio, administrador ou representante legal tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da CODESAIMA, empregado da CODESAIMA cujas atribuições envolvam atuação na área responsável pela licitação ou pela contratação, ou autoridade do Estado de Roraima à qual a CODESAIMA esteja vinculada, quando configurada hipótese de vedação legal, conflito de interesses ou nepotismo.

5.3.12 Empresa cujo proprietário, ainda que na condição de sócio, tenha encerrado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODESAIMA há menos de 6 (seis) meses."

(Local e data)

Assinatura e identificação  
(Representante legal)

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS  
TERMOS DO ITEM 7.3.1 DO EDITAL)**



Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - Processo nº 18501.002554/2025.22, DECLARO o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sousa Veras De Castro, Pregoeiro**, em 03/06/2026, às 12:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22755660** e o código CRC **9901DA3A**.

Av. Mário Homem de Melo, 1603- Mecejana - Boa Vista/RR - CEP: 69304-350  
- [www.codesaima.rr.gov.br](http://www.codesaima.rr.gov.br)